

PROCESSOS EDUCACIONAIS ANTIRRACISTA NA AMAZÔNIA: AVANÇOS E DESAFIOS

Ruth Anne Meire da Silva ¹
Larissa Rodrigues da Silva ²

RESUMO

O presente artigo discute as práticas educacionais antirracistas na Amazônia, refletindo sobre os avanços e os desafios enfrentados na efetivação de uma educação comprometida com a equidade racial e com uma perspectiva decolonial. Considerando o contexto histórico brasileiro, marcado pelo racismo estrutural e pela invisibilização das contribuições dos povos negros e indígenas, entende-se que a escola, enquanto espaço formativo, ocupa um lugar de transformação social. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura com a busca e seleção de artigos nas bases de dados SciELO e Periódicos CAPES, utilizando combinações entre os descritores “Educação antirracista”; “Amazônia”; “Educação decolonial”; e “Práticas pedagógicas”. Incluiu-se, na pesquisa, artigos completos publicados em língua portuguesa no período entre 2018 e 2025; como critério de exclusão foram retirados trabalhos que não se referiam a região norte do Brasil. Foram selecionados 12 artigos. Os resultados apontam que os principais avanços para a educação antirracista são a promoção da formação continuada dos professores, devido estes serem os principais agentes da educação no ambiente escolar; e o aumento dos debates antirracistas após a implementação da Lei nº 10.639/2003. Relacionado aos principais desafios, o processo de formação dos professores ainda demonstra ser um entrave não superado, observa-se a predominância do discurso colonial nas instituições de ensino e a presença de currículos escolares insipientes na discussão da temática antirracista. Conclui-se que houve um fortalecimento na promoção de uma educação antirracista na região Amazônica, mas obstáculos ainda se fazem presentes, tornando-se necessária a reformulação curricular, a valorização das identidades negras e indígenas e o investimento contínuo na formação de educadores, com vistas à construção de uma prática pedagógica antirracista e decolonial nos espaços escolares da região.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região norte do país é a que mais possui pessoas autodeclaradas negras (pretos e pardos) e pessoas indígenas, apresentando porcentagem de 76% e 3,1%, respectivamente (IBGE, 2022). Apesar deste dado, a autora Guimarães (2022), mostra em sua pesquisa realizada no arquipélago da Ilha do Marajó que há dúvidas em como as pessoas se identificam quanto a sua cor. Em seus resultados ela apresenta que há um distanciamento do

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará - UFPA, ruthmsilva0108@email.com;

² Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará - UFPA, larissa.rodrigues.avliss@gmail.com;



reconhecimento das pessoas de sua própria negritude, sendo utilizado termos como “moreno”, aquele que não é branco, mas também não é preto, e que nem mesmo pensam que podem ser indígenas (GUIMARÃES, 2022).

Esta realidade que se apresenta é advinda de anos de inferiorização das pessoas negras e indígenas a partir da colonização. Neste modelo há o apagamento da história das pessoas indígenas dos territórios invadidos e das pessoas negras sequestradas de países da África que foram escravizadas por europeus (AZARIAS; SACOMORI; et al, 2025).

Tendo isso em vista, para que aconteça o rompimento das consequências do pensamento colonial, é necessária a perspectiva decolonial, como apresentada por Sobrinho (2023). Para a autora, a educação se apresenta como uma forma de dar suporte à sociedade em como compreender a organização cultural, econômica, política, dentre outros. Conforme Araújo et al. (2022), a educação deve assumir uma postura libertadora, promovendo o pensamento crítico que rompe com modelos sociais que privilegiam sistematicamente determinados grupos. Da mesma forma, Silva (2024) mostra como práticas educacionais periféricas necessitam expor e confrontar relações de poder e hierarquias culturais para efetivar essa formação crítica.

No contexto brasileiro, os movimentos negros surgem a partir de mobilizações para conquista de direitos civis e a garantia dos direitos humanos, sendo o acesso à educação uma das pautas muito importantes (GALINDO; GALINDO, 2025). Com isso, se conquistou a promulgação da Lei nº 10.639/2003 e posteriormente a Lei nº 11.645/2008 que versam sobre a obrigatoriedade do ensino antirracista, da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas com ensino fundamental e médio.

Deste modo, analisando a realidade brasileira apresentada verificou-se a necessidade de realizar uma pesquisa bibliográfica a fim de identificar práticas pedagógicas utilizadas para promoção de uma educação antirracista no território nortista e amazônico, e identificar os avanços e desafios enfrentados na efetivação de uma educação comprometida com a equidade racial e com uma perspectiva decolonial.

A metodologia usada foi a abordagem qualitativa em conjunto com a revisão sistemática da literatura a partir de textos científicos já publicados a respeito do tema. Os resultados apontam que os principais avanços para a educação antirracista são a promoção da formação continuada dos professores e o aumento dos debates antirracistas após a implementação da Lei nº 10.639/2003. Relacionado aos principais desafios, o processo de formação dos professores ainda demonstra ser um entrave não superado, e a presença de currículos escolares insipientes na discussão da temática antirracista. Conclui-se que



houve um fortalecimento na promoção de uma educação antirracista na região Amazônica, mas obstáculos ainda se fazem presentes.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão sistemática da literatura, orientada por duas perguntas norteadoras: “Quais os avanços e desafios na efetivação de uma educação antirracista na região amazônica?”, “Quais práticas pedagógicas são utilizadas para a promoção de uma educação antirracista?”. A busca e seleção de artigos foi operada nas bases de dados SciELO e Periódicos CAPES, utilizando combinações entre os descritores “Educação antirracista”; “Amazônia Legal”; “decolonial”; e “práticas pedagógicas”. A busca foi conduzida conforme a metodologia Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses – PRISMA (MOHER, et al., 2009), realizando primeiro seleção por meio da leitura dos títulos, depois dos resumos e do texto completo, por meio do qual foram filtrados os trabalhos de interesse da pesquisa.

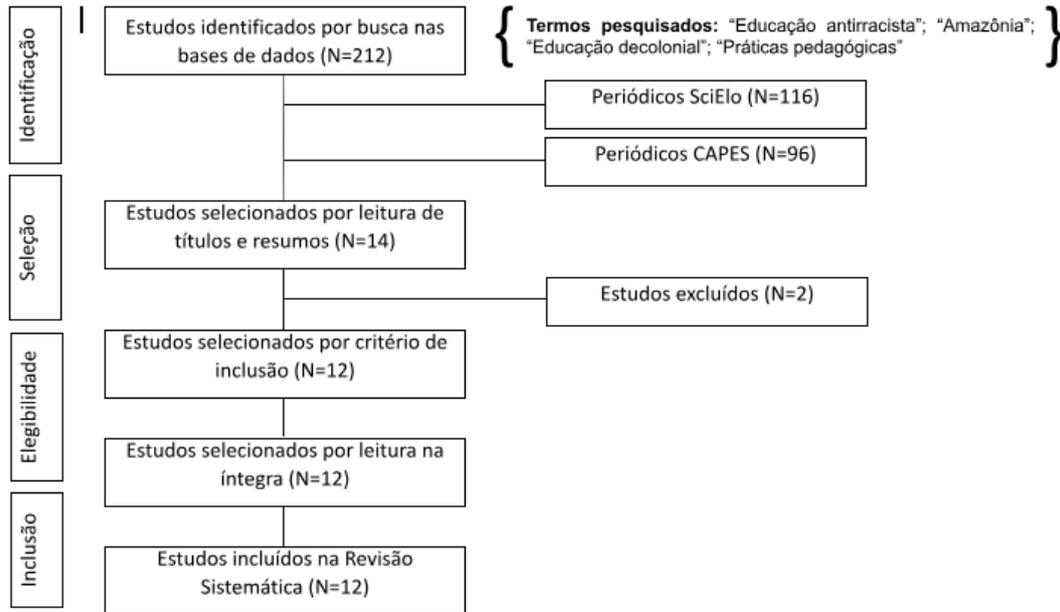
Foram estabelecidos alguns critérios de inclusão e exclusão dos artigos, com base no objetivo da pesquisa. Como critérios de inclusão: a) artigos com textos completos disponíveis; b) publicações do Brasil em português; c) foco central da pesquisa deveria ser educação antirracista na região Norte do Brasil; d) artigos publicados entre 2018 e 2025. Foram excluídos os trabalhos com as seguintes características: a) dissertações, teses, monografias, trabalhos de conclusão de curso, livros, capítulos de livros, anuários e relatórios, revistas internacionais; b) documentos que estivessem apresentados em duplicata entre as bases; c) artigos cujo tema não contemplasse o objetivo proposto neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 116 artigos na SciELO e 96 no periódico Capes, sendo identificadas 17 duplicatas na SciELO. No total, apenas 12 artigos compuseram a amostra final da pesquisa após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, como evidenciado pela Figura 1.

Figura 1: Fluxograma da seleção dos artigos.





Fonte: Autoria própria (2025).

Os principais resultados foram sintetizados e organizados nos quadros abaixo (quadro 1, quadro 2), e foram analisados na sessão de discussões através de uma comparação dos dados evidenciados. Dos 12 trabalhos, 6 se referem ao estado do Pará, 3 se referem ao estado de Rondônia, 2 ao estado do Acre e 1 ao estado do Amazonas. Apresenta-se no quadro 1, informações gerais a respeito dos 12 artigos que compõem este estudo, no quadro 2 apresenta-se os dados referentes aos avanços e desafios na implementação de uma educação antirracista na Amazônia.

Quadro 1. Distribuição dos artigos de acordo com o título, autores, ano, objetivo e localidade da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quadro 2. Distribuição dos dados de acordo com os principais avanços e desafios para a implementação de uma educação antirracista.

ID	Avanços	Desafios
1	O artigo aponta que atualmente na região amazônica, a educação apresenta problemas sociais e técnicos para inclusão da cultura africana e afro-brasileira no currículo, e que a discussão coletiva permite superar barreiras e encontrar caminhos que possibilitem a transformação nos currículos educacionais.	Apresenta os desafios na efetivação da Lei n.º 10.639 (BRASIL, 2003), fazendo-se necessário a adequação dos currículos escolares e a qualificação docente por meio de formação continuada.

ID	Título	Autores	Ano	Objetivo	Localidade /Estados
1	A educação antirracista na Amazônia: um campo em construção no estado de Rondônia	Maria Aparecida Costa Oliveira; Armelinda Borges da Silva; Gisely Storch do Nascimento Santos; Juliana Faria Álvaro; Fábio Santos de Andrade;	2024	O objetivo dessa pesquisa é analisar como está acontecendo a educação para o homem negro e a mulher negra na região amazônica, e como as instituições de ensino tem inserido elementos da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo e nas práticas pedagógicas no Estado de Rondônia	Rondônia
2	Educação sob um olhar antirracista na formação escolar da Amazônia brasileira	Andrelize Schabo Ferreira de Assis; Kátia Sebastiana Carvalho dos Santos Farias	2021	O objetivo deste texto é problematizar o trabalho desenvolvido sobre a temática racial em uma instituição pública de ensino na Amazônia, com foco na tensão entre o multiculturalismo funcional e a interculturalidade crítica.	Rondônia
3	Problematizações De Práticas Pedagógicas Escolares e Educação Antirracista: a cultura africana e afro-brasileira na Lei 10639/2003	Neuzi Herculina Alves de Souza; Ivanil Magalhães da Silva; Kátia Sebastiana Carvalho dos Santos Farias	2024	Este artigo tem como objetivo problematizar a cultura africana e afro-brasileira por meio de práticas pedagógicas e formação continuada de professores, com vistas a uma educação antirracista, buscando-se a desnaturalização de conceitos estabelecidos no ambiente escolar, que reproduzem e reforçam a desigualdade étnico-racial.	Rondônia
4	História, culturas, simetrias: uma experiência de ensino com pinturas corporais guarani na perspectiva da ecologia de saberes	Antônia Maria Rodrigues Brioso; Daniel Souza Barroso; Daniely Meireles do Rosário.	2023	O artigo tem como objetivo analisar uma experiência de ensino com pinturas corporais guarani na perspectiva da ecologia de saberes, realizada com estudantes da 2ª Série do Ensino Médio da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA), no âmbito do Projeto Cartografia da Cultura Afro-brasileira e Indígena na Amazônia.	Pará
5	Ser Negro No Marajó: Notas Sobre Identidade E Racismo Na Amazônia Paraense	Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães	2020	Este estudo aborda a perspectiva de ser negro e o racismo no Marajó, a fim de refletir sobre as suas particularidades na região. Trata sobre a história do negro na Amazônia, problematizando a sua presença na cultura da Amazônia paraense. Posteriormente, discorre sobre o processo de lutas e resistências que consolidaram as políticas afirmativas e os impactos do colorismo nos processos da autodeclaração e por consequência na identidade racial.	Pará
6	Currículo e Relações Étnico	Raquel Amorim dos Santos	2018	Este estudo analisa o Currículo e as Relações Étnico-Raciais na	Pará



	-Raciais: a identidade da criança negra na Educação Infantil na Amazônia Bragantina			Educação Infantil, com foco na identidade da criança negra, a partir das ações realizadas no Projeto de Extensão da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança sobre Formação de Professores para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica em Bragança-PA e do Seminário de Educação Infantil sobre o Brincar, criar e inovar: refletindo o currículo e práticas educativas na Educação Infantil, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Bragança-PA.	
7	Constituição de liderança quilombola no Pará: reflexões para uma pedagogia decolonial	Gilcilene Dias da Costa; Oberdan da Silva Medeiros	2021	Objetiva-se analisar a formação da liderança quilombola no Pará, abstraindo o seu processo histórico-pedagógico e os caminhos de luta e (re)existência nesta comunidade.	Pará
8	A colonialidade do saber/ser no currículo do Ensino Médio: desafios da docência na Amazônia Acreana	Tânia Mara Rezende Machado; Beatriz França de Moraes; Klebe Miranda de Lima	2024	O objetivo desta pesquisa consiste em analisar a presença/ausência da colonialidade do saber/ser do Estado do Acre a partir do Currículo de Referência Único do Acre-CRUA no Ensino Médio.	Acre
9	Estratégias pedagógicas de uso e apropriação dos espaços patrimonializados do centro histórico da cidade de Belém do Pará: perspectivas de decolonização do patrimônio	Sabrina Forte e Silva Gonçalves		Esse artigo objetiva apresentar a experiência de um trabalho pedagógico, o qual articulou Educação Patrimonial e o Ensino de Geografia, visando a produção do conhecimento geográfico crítico, por meio de uma abordagem decolonial sobre o patrimônio cultural do Centro Histórico da cidade de Belém, no estado do Pará.	Pará
10	O projeto político-pedagógico e a educação para as relações étnico-raciais: configurações e abordagens pedagógicas em escolas públicas de Manaus.	Marinês Viana de Souza; Wilma de Nazaré Baía Coelho	2023	Apresentamos o recorte de um estudo mais amplo sob a perspectiva das coordenações pedagógicas de escolas públicas de Manaus, sobre a formação continuada de docentes na área da Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER). Para os propósitos deste texto, ocupamos do eixo relacionado ao Projeto Político-Pedagógico, com o objetivo de conhecer como a ERER se configura nesses documentos e é parâmetro para as abordagens no trato das questões que envolvem o racismo, o preconceito e a discriminação nas escolas das(os)	Amazonas



				participantes.	
11	O Uso Do Blackface Como Prática Pedagógica Nos Anos Iniciais Da Educação Básica	Andressa Queiroz da Silva; Flávia Rodrigues Lima da Rocha	2022	O presente estudo busca, de forma geral, refletir sobre práticas pedagógicas que utilizam o blackface na busca equivocada pela valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, no contexto do município de Rio Branco, estado do Acre. A hipótese inicial é a de que estas práticas pedagógicas são resultado de uma construção discursiva eugenista imposta pela branquitude à população brasileira.	Acre
12	Entre a colonialidade e a decolonialidade: Memórias docentes na educação básica da Amazônia brasileira	Albert Alan de Sousa Cordeiro; Sônia Maria da Silva Araújo	2023	Temos o objetivo de analisar as memórias de experiências vividas por professoras e professores da educação básica ao relacionarem conhecimento escolar e cultura popular no contexto da complexidade sociocultural da Amazônia brasileira.	Pará

2	O artigo expõe que após a intervenção, os participantes se utilizaram de práticas pedagógicas diferenciadas, desconstruindo práticas anteriores-especialmente aqueles que mais resistiam a combater o racismo, o preconceito e a discriminação, passando a valorizar a cultura africana e afro-brasileira através de suas práticas pedagógicas em sala de aula, buscando promover uma educação antirracista.	Conscientizar as pessoas sobre o Racismo estrutural
3	—	Ausência de debates sobre raça, etnia, racismo, negro e negritude nos cursos de nível superior, indicando as fragilidades na educação básica destes sujeitos e sendo uma problemática que acaba por não ser superada pelos projetos pedagógicos dos cursos que ainda não conseguiram consolidar uma educação antirracista.
4	A vivência em comunidade quilombola apresenta uma dimensão pedagógica ao potencializar uma educação anti-racista e afirmação da identidade e cultura negra como elementos de uma Pedagogia Decolonial.	Processos culturais e políticos marcados por conflitos contra o racismo e a negação da afrodescendência de uma população negra que se constituiu no interior da Amazônia vivenciando práticas de resistências identitárias.
5	Utilização da leitura de imagens e textos para promover a valorização da identidade africana e afro-brasileira, numa busca explícita e necessária por mudança de paradigma na construção discursiva do negro e de suas representações nos livros didáticos, paradidáticos e nas variadas mídias.	O uso equivocado do Blackface como prática pedagógica para promoção de equidade social, representando a população negra de forma estereotipada e negativa, resultados do discurso estruturalmente racista do senso comum, reproduzido de forma não intencional, porém sem reflexão das consequências.
6	—	—
7	Utilização do diálogo com os saberes produzidos no território amazônico por professores como estratégia	A escola está enredada e reproduz a colonialidade, deste modo, reforça e reproduz práticas legitimadas por



	de enfrentamento ao pensamento colonial, patriarcal e racista presente nas instituições de ensino	padrões civilizatórios ocidentalizados. Neste contexto, tem sido operada para abordar outros referenciais culturais a partir da folclorização que estereotipa os produtos culturais populares e assegura sua presença esporádica e correntemente deturpada, esvaziada de sentido social e político.
8	Por meio do Projeto Cartografia, a escola assumiu o seu papel de agência em ensinar por meio de outras interpretações históricas, de memórias e saberes, recolocando os conhecimentos dos povos indígenas sob nova ótica no currículo escolar, a de conhecimentos válidos e atores sociais ativos. Valorizando os saberes que resistiram com êxito à modernidade colonial. Superando pedagogias que são marcadas por visões estereotipadas sobre os povos originários. Na Amazônia, essa é uma ação educativa importante que contribui não só para a autoestima de nossos/as estudantes pardos/as e afrodescendentes, mas para a promoção da igualdade racial e do combate ao racismo pelos alunos brancos. Demonstra-se, com o trabalho desenvolvido, que é possível dar trato pedagógico à questão étnico-racial em todas as disciplinas escolares	Discurso do colonialismo
9	As práticas pedagógicas antirracistas necessitam ser inseridas no: projeto pedagógico, currículo escolar, planejamento de ensino, instrumentos didático-pedagógicos e, sobretudo nas brincadeiras e interações das crianças da Educação Infantil, pois podem contribuir para a construção da identidade positivada criança negra e para subversão de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias.	A ausência das relações étnico-raciais no currículo da Educação Infantil pode impedir a promoção de boas relações étnicas e contribuir para o silêncio que envolve as relações étnico-raciais nas diversas instituições sociais, inclusive a escola
10	Os professores precisam superar esses desafios se quiserem desenvolver um trabalho de excelência que tenha por maior motivação a formação crítica e reflexiva dos educandos. Em suma, assumir uma postura crítico-decolonial como enfrentamento ao processo da colonialidade do saber significa ofertar práticas educativas mais equitativas por parte dos docentes	A colonialidade do saber/ser aponta indícios de estar incorporada na organização curricular para o Ensino Médio no Estado do Acre.
11	A contribuição de projetos universitário é um fator que contribui para o combate ao racismo no processo de educação	A expansão de atividades pedagógicas com a temática antirracista
12	Conclui ser basilar investimentos na formação continuada para as coordenações pedagógicas na área da EREER, como estratégia para fomentar a construção de PPPs que expressem princípios e direcionamentos práticos articulados às diretrizes da educação antirracista.	—

Fonte: Dados da pesquisa (2025).



A partir dos resultados encontrados, é possível observar que existem avanços na educação antirracista na região norte do Brasil. Entre os principais avanços, está a promoção da formação continuada de professores voltada à uma pedagogia decolonial, que se utiliza de práticas diferenciadas para a promoção de uma educação antirracista, desconstruindo práticas anteriores que reproduziam preconceitos e discriminação.

De acordo com os estudos de Galindo e Galindo (2025), a promulgação da Lei 10.639/03 corrobora para a utilização de práticas que promovem a valorização da cultura africana e afro-brasileira. Considera-se a relevância destas ações formativas, tendo em vista que os professores são os principais agentes da educação no ambiente escolar, cujas práticas ocasionam transformações significativas.

Observou-se que a utilização de diferentes práticas pedagógicas apresenta eficácia para a promoção de uma reflexão crítico-decolonial para os educandos. Nesta pesquisa, algumas das práticas citadas foram vivenciadas em comunidade quilombola para afirmação da identidade e cultura negra, a utilização de leitura de imagens e textos para refletir sobre a construção discursiva do negro e sua representação nos livros didáticos, e a utilização do diálogo com os saberes produzidos no território amazônico por professores.

Segundo Sobrinho (2023), as formas de educação devem incluir as pessoas de acordo com sua realidade e contexto, em seu trabalho é retratado como é realizado a educação no ensino fundamental para comunidades indígenas em suas línguas nativas.

No que se refere aos principais desafios para a promoção da educação antirracista, o processo de formação dos professores ainda demonstra ser um entrave não superado. Observa-se que os cursos de ensino superior não promovem debates acerca da temática antirracista, demonstrando a fragilidade da formação desses profissionais, e dos projetos pedagógicos dos cursos. Galindo e Galindo (2025) corroboram com este resultado em sua pesquisa que demonstra o desconhecimento dos professores acerca de Planos Pedagógicos para efetivação do ensino antirracista, se limitando apenas a uma atividade anual voltada para o dia da consciência negra.

Além disso, observa-se a predominância do discurso colonial nas instituições de ensino, que reproduz discursos e práticas ocidentalizadas, com a naturalização do preconceito e discriminação contra a população negra, tais como o uso equivocado do Blackface como prática pedagógica que visa a equidade social, mas acaba por representar esta população de forma estereotipada e negativa. Outro desafio observado refere-se a presença de currículos escolares insipientes na discussão da temática antirracista.



Tais aspectos vão de encontro ao que preconiza a Lei nº 10.639/2003, tendo em vista que as escolas deveriam ser agenciadores das mudanças, promovendo o acolhimento e a valorização dos vínculos da História da Cultura da África e da Sociedade Afro-brasileira (GALINDO; GALINDO. 2025), no entanto isto não é visto na realidade.

Considerando estes aspectos, faz-se necessário a construção de uma prática pedagógica decolonizadora para uma educação antirracista, como resistência à colonialidade. O uso de práticas pedagógicas antirracistas contribui para o processo de pertencimento do aluno ao ambiente escolar, na medida em que este se vê livre de preconceito e discriminação, sendo assegurado o respeito à sua identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que os processos educacionais antirracistas na Amazônia têm avançado de maneira significativa, sobretudo após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que introduziu o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira como obrigatórios nas escolas. Entretanto, a análise dos artigos revisados revela que ainda persistem desafios estruturais e pedagógicos que dificultam a efetivação plena de uma educação verdadeiramente antirracista e decolonial. Entre os principais entraves, destacam-se a fragilidade na formação docente para o enfrentamento das desigualdades raciais e o predomínio de currículos ainda baseados em referenciais eurocêntricos, que invisibilizam os saberes e as práticas culturais dos povos negros e indígenas da região amazônica.

O estudo contribui empiricamente para o campo da Educação ao reforçar a importância da formação continuada de professores como eixo central para a consolidação de práticas pedagógicas críticas, reflexivas e transformadoras. As experiências analisadas apontam que a adoção de metodologias decoloniais — que valorizam as identidades locais e os saberes tradicionais — favorece a construção de um ensino comprometido com a justiça social e o combate ao racismo estrutural. Além disso, observa-se que iniciativas comunitárias, como projetos de extensão e ações quilombolas, têm potencializado o protagonismo negro e indígena na formação educacional amazônica.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa amplia o debate sobre as relações étnico-raciais na educação nortista e propõe reflexões que podem subsidiar políticas públicas mais efetivas no campo da formação docente e da gestão curricular. Contudo, faz-se necessário o desenvolvimento de novos estudos que analisem, de forma empírica,



os impactos dessas práticas em contextos escolares específicos, bem como a ampliação de investigações interdisciplinares que articulem educação, cultura e território. Assim, reforça-se que o caminho para uma educação antirracista na Amazônia exige não apenas legislação, mas sobretudo compromisso político, epistemológico e pedagógico com a construção de uma sociedade mais equânime e plural.

REFERÊNCIAS

AZARIAS, C. R.; SACOMORI, L. NUNES, N. C.S.; AZARIAS, N. R.; OLIVEIRA, N. M. M.; ALVES, S. E. A violência contra o negro no Brasil e racismo estrutural: Reflexos do passado e reproduções contemporâneas. *Gênero e Interdisciplinaridade*, Vol. 06 - n05, p. 263, 2025. ISSN: 2675-745.

ARAÚJO, A. M. A.; OLIVEIRA, B. C.; OLIVEIRA, F. R. A.; FERNANDES, N. R. L.; LIMA, P. R. F. A atualidade da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire: Caminhos para Educação Profissional e Tecnológica?. *Research, Society and Development*, v.11, n.14, e170111436077, 2022. (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36077>.

GALINDO. M. C. D. S.; GALINDO, A. G. As questões etnicorraciais na região amazônica: reflexões sobre a implementação da Lei 10.639/03 no Município de Santana- Estado do Amapá-Brasil. *Revista Iberoamericana de Educación / Revista Iberoamericana de Educação* ISSN: 1681-5653 n.º 54/6 – 11/01/2025.

GUIMARÃES, J. T. D. S. Ser Negro No Marajó: Notas Sobre Identidade E Racismo Na Amazônia Paraense. **@rquivo Brasileiro de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação** ISSN: 2318-7344. Belo Horizonte, v. 8, n. 17, 2020.

IBGE. Conheça o Brasil - População Cor ou Raça. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, O. H. F. Colonialidade da educação infantil: análise crítica das práticas pedagógicas em uma instituição em contexto periférico. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 20, abr. 2024, pp. 01-28. ISSN 1984-5987. DOI: 10.12957/childphilo.2024.82143.

SOBRINHO, A. P. A Lei Nº. 11.645/08 e a construção de Metodologias Ativas para uma educação antirracista indígena. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas- Geografia), Universidade Federal do Maranhão. Grajaú, p. 55-64. 2023.

